

## Prática docente jesuítica e política colonial no Brasil quinhentista

*Maria Cristina Menezes\**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo examinar as origens da organização do ensino no Brasil nos primórdios de sua colonização, considerando as forças políticas subjacentes, produto das condições sócio-econômicas e culturais da época. O estudo da Companhia de Jesus e o como ela foi construindo sua concepção de ensino, com base na atuação de seus mestres, nos vários colégios implantados em diferentes países da Europa, possibilitaram a compreensão do modo pelo qual esse ensino se manifestou em Portugal e de sua adequação na colônia brasileira.

**Palavras-chave:** Educação jesuítica, política colonial, recolhimento, colégio.

**Abstract:** This article has as objective to examine the origins of the organization of the teaching in Brazil, in the beginning of its colonization, considering the underlying political forces, product of the socioeconomic and cultural conditions of the time. The study of Jesus Company and of like her it went building its teaching conception, with base in the its master's performance in the several schools implanted at different countries of Europe, it facilitated the understanding in the way for which that teaching one manifested in Portugal and of its adaptation in the brazilian colony.

**Word-keys:** Jesuit education, colonial politics, retirement, school.

---

\* Professora da Faculdade de Educação da Unicamp e Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa de Educação Continuada - Unicamp.

## A Companhia de Jesus no contexto da expansão colonial portuguesa

Ao optar a metrópole portuguesa pela alternativa de colonizar as terras conquistadas, prepara-se a armada de Tomé de Sousa, que vai ocupar o cargo de primeiro governador-geral do Brasil.

Os regimentos de 17 de dezembro de 1548, que continham as diretrizes básicas e as instruções minuciosas da nova política de colonização, foram entregues a Tomé de Sousa em fevereiro de 1549, quando da partida da armada. A nova política colonizadora consistia em defender o litoral contra as invasões estrangeiras, policiar a colônia internamente, administrando as relações entre colonos e tribos pacificadas e autorizando a guerra com as rebeldes, fundar núcleos seguros de colonizadores e investir na conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução. (Mattos, p. 30)

As preocupações régias só vêm confirmar a atuação de Portugal como nação católica que se posiciona na defesa do cristianismo e no combate a toda forma de heresia. Isso se comprova pela importância que vem a assumir a Companhia de Jesus nessa nação, ordem criada no bojo da contra-reforma e que tem como propósito primeiro a defesa do catolicismo contra quaisquer investidas reformistas. A estratégia contra-reformista jesuítica vai se dar fortemente pela atuação educacional de seus membros, o que será amplamente estimulado em Portugal e em suas colônias de pertencimento.

Isso nos leva a endossar a afirmação de autores como Ribeiro, de que a organização escolar do Brasil-Colônia encontrava-se estreitamente vinculada à política colonizadora portuguesa. Essa autora destaca o fato de os Regimentos de 1548 expressarem a preocupação com a aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã, como condição para a colonização portuguesa lançar raízes definitivas. (Ribeiro, 1987, p. 24)

A estrutura agrária, fundada no latifúndio e vinculada à escravidão, vai se organizar de forma primitiva, com características, para muitos, feudais. No entanto, mesmo com um estatuto jurídico que normatizava a doação de terras e se fundamentava no modelo feudal, não havia, no suposto feudalismo brasileiro, nem o feudo nem o vínculo de vassalagem, prevalecendo claramente a economia mercantil. (Sodré, 1990, p. 22)

O início das cessões territoriais, decorrentes da instituição das donatárias, com vista à implantação da cultura canavieira e a manufatura do açúcar para o mercado europeu, ocorreu em um contexto onde prevaleciam o atraso tecnológico e a tendência predatória. A sociedade se “estamentalizava” em camadas quase incomunicáveis, onde a estrutura fundamental do sistema de colonização se expressava. A camada dominante, com privilégios definidos juridicamente, mantinha, na condição escrava, os produtores diretos. Esse quadro vai retratar, duradouramente, a forma típica do Brasil colonial.

Quanto ao trabalho escravo, o que se pode perceber foi, em um primeiro momento, uma tentativa de escravização dos indígenas, desestimulada pela resistência destes e pela oposição jesuítica. Além disso, o tráfico negreiro, da forma como foi organizado, tornara-se ele próprio um investimento empresarial importante na época, bastante eficiente e lucrativo.

O trabalho escravo foi o sustentáculo da grande empresa de produção açucareira, que viria a se constituir na maior do século XVI. No entanto, não apenas a produção tende a se revelar, com o tempo, insuficiente, como gera, no âmbito social, uma séria oposição entre trabalho físico e trabalho intelectual, com graves conseqüências culturais e econômicas. O trabalho manual tende a ser considerado indigno ao homem livre e o próprio escravo adquire horror aos utensílios de trabalho, o que acaba por retardar qualquer inovação técnica, colaborando para reforçar o atraso econômico e social.

Não foi por acaso que, no Brasil colonial, acabou por se desenvolver uma população urbana desvinculada da produção. Havia um predomínio do mundo rural sobre o urbano, o que levava muitos cidadãos a alimentarem o sonho de comprar terras de cultivo, quando passariam a viver no campo cercados de escravos e trabalhadores, como verdadeiros senhores respeitados pelas autoridades,

pelos padres e pelo povo. Isso acontecia num momento em que a solicitação de trabalho duro e valorizado pela metrópole europeia era quase que exclusivamente dirigida à população rural. (Araújo, 1993)

Num contexto em que a massa urbana era desconsiderada pela metrópole por se encontrar à margem da produção, o que então lhes restava? Há que se considerar que, por mais de um século, para grande parte da população, a permanência na Colônia não era vista como algo definitivo, mas um meio para enriquecer e retornar à metrópole.

De certa forma, a situação aqui apresentada era aceita pela maior parte da população livre, não havendo muito interesse em modificá-la. Era como se esta fosse inevitável, e o fato de a população não ser diretamente produtiva e ser sustentada pelo trabalho do escravo não chegava a ser incômodo.

Tratava-se de uma organização social baseada, em grande parte, nas atividades econômicas voltadas para a exportação que interessava à metrópole, onde as manufaturas eram poucas e limitadas, e não se pensava numa indústria mais sofisticada. Com exceção dos senhores de engenho, plantadores e criadores, à população urbana colonial só restava acomodar-se e transformar o ócio e a preguiça em virtudes, em coisas prestigiosas e, naturalmente, almeçadas por todos. (Araújo, 1993)

Além do reduzido número de atividades produtivas na Colônia, em meio à miséria da população, a agricultura, arte geral que era a todos permitida, era tida como trabalho próprio de negros.

Diante dessa situação, podemos indagar que espécie de cultura e educação poderia interessar à população colonial. Com certeza ela teria que ser compatível com a religiosidade institucionalizada e já instalada, que era adequada a estrutura social polarizada em extremos intocáveis e marcada pelo academicismo característico das existências ociosas, que viviam da produção primária, realizada por produtores compulsórios.

A Companhia de Jesus nascera em 1534 e, logo após a sua oficialização, em 1540, chegavam os dois primeiros jesuítas a Portugal, fundando uma província que logo prosperou amparada pelos favores reais. Em 1542, já se instalara o primeiro “Colégio de Jesus” em Coimbra e outro em Sanfins no Minho. Logo, o colégio de Coimbra torna-se importante centro de formação dos missionários e educadores para a propagação da fé nos extensos domínios portugueses. As primeiras tentativas educacionais do Brasil quinhentista vieram daí, de onde saíram um Nóbrega, um Leonardo Nunes, um Luiz da Grã, um Anchieta e vários outros jesuítas representativos em nossa história. (Rodrigues, 1931)

Em 1549, quando da inauguração, na Bahia, da primeira escola brasileira, Portugal começava a despertar para a nova cultura renascentista. Era um país sem tradições educativas, com um esboço de sistema escolar. O analfabetismo ia das massas até a alta nobreza; só se livravam dele os poucos confinados à vida sacerdotal e à alta administração pública. As letras, tanto profanas como sagradas, refugiavam-se nos mosteiros e nas catedrais, com atuação restrita às necessidades internas.

Em 1537, dá-se a consolidação da Universidade de Coimbra por D. João III, com os seus novos estatutos, que inauguram a verdadeira renascença portuguesa. Em 21 de fevereiro de 1548, inaugura-se o Real Colégio das Artes de Coimbra que, de início, já acolhe cerca de 1400 jovens nobres, em busca das humanidades, com mestres importados dos melhores colégios da França por D. João III. (Mattos, 39)

No entanto, o sistema escolar português, que servirá de modelo para o sistema escolar projetado para o Brasil, logo em 1549, era ainda embrionário, a começar pelo ensino primário, que ainda não aparecia definido. As escolas de ler e escrever funcionavam como meros preparatórios para as escolas de gramática, assim como estas funcionavam em relação às universidades.

Em 1545, a Igreja Católica organiza um Concílio em Trento, que vai recomendar a criação de novas escolas e a melhoria das já existentes nas catedrais e mosteiros, além da fundação da cadeira de gramática que direcionava para o ensino secundário. O braço forte para a execução desses planos será a Companhia de Jesus.

## O ensino jesuítico nos primórdios da colonização

Logo na quinzena de sua chegada, os jesuítas abrem a primeira escola de ler e escrever, na Bahia, onde se ensinava a doutrina cristã. Considerando que a finalidade da vinda dos jesuítas ao Brasil era a catequese, a instrução abre-se como um meio para esta. Segundo Serafim Leite (1938), o desejo que Nóbrega dizia terem os curumins da terra em ler e escrever abria caminho para a catequese:

*Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã... porque muito se admiram de como sabemos ler e escrever e têm muita inveja e vontade de aprender e desejam ser cristãos como nós. (Nóbrega apud, Leite, 1938, p. 31)*

Os aldeamentos, cujas primeiras tentativas se deram em 1550, eram, como o desejava o padre Nóbrega, uma forma de congregar os índios batizados, separando-os dos demais. Por outro lado, era também uma forma de os padres protegê-los do jugo dos colonos. Os jesuítas se manifestavam contra a “escravidão injusta” dos índios. Isso revela que eles não eram totalmente contra a escravidão do indígena “desde que fosse justa”, como no caso dos prisioneiros de guerra, ou como punição de investidas contra os portugueses. Os próprios jesuítas mantinham índios cativos em seus colégios e casas, bem como escravos africanos, dos quais reconheciam a necessidade diante da “falta de braços”. (Serafim Leite, 1938)

Em 1572, saído dos prelos lisboetas, o livro de Gândavo (1964), em seu capítulo 3º, atesta o fato de as aldeias terem igrejas com padres residentes, catequistas, além do fato de informar serem os índios forros, o que dá mostras de que muitos deviam ser cativos, naquele momento.

Ainda em 1549, Nóbrega providencia a construção de uma casa de recolhimento e ensino de filhos de cristãos e gentios, que se inicia como externato e, no findar do mesmo ano, já comportava um internato. Iniciavam-se assim os *recolhimentos* de instrução e catequese.

Os *recolhimentos* para os meninos constavam já dos Regimentos de 1548. Os três primeiros pontos dos Regimentos eram mais direcionados à defesa interna da Colônia; o quarto, no entanto, era direto quanto à questão da conversão do gentio pela fé católica e pela instrução. D. João III vê com bons olhos que os adultos catequizados permaneçam nos aldeamentos; porém, quanto aos curumins, considera que deveriam permanecer como internos nos colégios dos jesuítas. Vemos aí o esboço de uma primeira política educacional para o Brasil quinhentista, sob a responsabilidade do padre Manuel da Nóbrega. Há que se considerar que, nos “brasis”, não houvera até então qualquer iniciativa de educação escolarizada, uma vez que a aprendizagem se dava no cotidiano da aldeia, com a participação do curumim nas diversas atividades da tribo.

Em 1551, a escola da Bahia passa a “Colégio dos Meninos de Jesus”, entidade jurídica com bens imóveis e de raiz. O colégio ou a “Confraria dos Meninos de Jesus”, reconhecida pelo direito civil e eclesiástico, é motivada pela chegada de vinte órfãos de Lisboa, quando bulas autorizavam a constituição dos colégios em confrarias. Os vinte órfãos tiveram que ser redistribuídos, com os sete que já se encontravam no colégio da Bahia, pelos três colégios da Colônia: Espírito Santo, Bahia e São Vicente.

Num momento em que a Companhia de Jesus se empenhava por um ensino de base escolástica, tal como havia se desenvolvido nas universidades da Idade Média, onde a ginástica que se conhecia era a intelectual, com seus torneios dialéticos, adaptados pelas disputas jesuíticas, na Colônia, os curumins têm seus naturais exercícios, que nos faz recordar aquelas preocupações com o físico e a formação guerreira da Antiguidade e preconizados pelo Renascimento. As aulas, nesses primeiros tempos, se davam ao lado dos exercícios de natação e pesca, talvez com treino de arco e flecha exercitado na caça, tudo isso praticado pelos curumins. Aos exercícios da terra uniam-se as aulas de ler, escrever e doutrina cristã, que podiam submeter os meninos a flagelações na capela do colégio.

Ainda no segundo semestre de 1553, são encaminhados quatro ou cinco moços, já formados pela escola de ler e escrever, para o ensino profissional, obedecendo as instruções que Nóbrega enviara

de São Vicente. Dessa forma, forneciam-se os primeiros candidatos aos estudos clássicos, ou seja, os dotados de maior inteligência, e, ao aprendizado profissional, eram destinados os mais rudes e de “tardo engenho”.

Nem tudo, no entanto, ia bem no colégio da Bahia e, em fins de 1553, em carta a santo Inácio, Luiz da Grã reclama dos meninos do colégio:

*... temos muito trabalho acerca de seu castigo; porque sem castigo não se fará coisa e se os castigam há de ser com se pressupor que se vão embora, porque os índios do Brasil nunca batem nos filhos por nenhuma coisa... e o pior é que só o ver dar uma palmatoada a um dos mamelucos basta a um para ir-se embora. E destes que assim vieram, tornaram às suas aldeias a maior parte. (in Mattos, 1958, p. 56)*

Os novos mestres quiseram impor o uso da palmatória, de tradição milenar na metrópole e em toda a Europa. Os meninos, não acostumados com o tratamento “civilizado”, desafiavam ou fugiam para as aldeias.

Quanto ao programa de estudos, os exercícios eram bem organizados, dentro da proposta já então delineada por Nóbrega. Aprendiam a ler e escrever, alguns a cantar e tocar flauta, e alguns mamelucos mais destros aprendiam a gramática. Aliás, esse foi o primeiro ensaio de ensino de grau secundário na Colônia, no colégio de São Vicente, em junho de 1553. No colégio da Bahia, só se iniciou em princípio de agosto do mesmo ano, com a chegada do irmão Antonio Blasques.

É importante que se ressalte uma observação de Mattos:

*... os pequenos curumins indígenas aprendiam, em primeiro lugar, a falar português; isto sem o formalismo das aulas, mas pelo método espontâneo e direto do convívio com os mestres e órfãos portugueses; não seria o método direto puro, porquanto estes, mestres e órfãos portugueses, punham todo o empenho em aprender o tupi como chave para o seu futuro apostolado catequético. Seria, portanto, um método direto misto pelo qual se visava o mútuo proveito de alunos e mestres no domínio das duas línguas em apreço: o português e o tupi. (Mattos, 1958, p. 67)*

E assim, o ensino na Colônia, ainda que seguindo as diretrizes do que então desenvolviam os jesuítas na Europa, vai-se constituindo com suas especificidades nestes primeiros tempos. O latim, com que se iniciavam os meninos nos colégios europeus, foi aqui substituído pelo português; por outro lado, o grego, que fazia parte no currículo que lá se estudava, era aqui substituído pelo tupi, língua indígena.

Os exercícios, que então aqui se ensinavam, vinham pela ordem de importância: primeiro, os de ler e escrever, que eram obrigatórios a todos os alunos. Para esse ensino, já havia cartilhas que tinham sido doadas pelo rei; depois, vinha o ensino de canto orfeônico e instrumentos de sopro, que parecia ser seletivo, já que não era ensinado a todos, mas somente aos que demonstrassem habilidade para tal. A música, tanto instrumental como vocal, era um dos atrativos mais eficazes na catequese dos índios.

Para os jesuítas os mamelucos não davam para o sacerdócio. Anchieta, em carta de 1554, diz que os mestiços deviam ser tratados como índios, e não eram para a vida religiosa. Nóbrega, mais persistente, era favorável a alguns mestiços que esperava enviar a Évora. Mas, no geral, os jesuítas julgavam mais conveniente investir nos nascidos de pai e mãe portugueses, para o ingresso na Companhia. (Serafim Leite, 1938, p. 431)

Segundo Serafim Leite: “Índios, não de índios que entrassem na Companhia e ficassem nela, não há dados positivos”. (p. 430)

Em fevereiro de 1596, essa posição vai ser reforçada pelo padre geral Aquaviva, que proíbe a admissão, na Companhia, de nascidos no Brasil e de portugueses com muitos anos no país. Nesse momento já se começa a crença, entre os padres, de que a fonte mais segura para as vocações eram os colégios. Os jesuítas até pensaram na possibilidade de colégios internos, para os filhos dos fazendeiros do interior. (Serafim Leite, pp. 433-434)

Outro trabalho, que em Piratininga se procurou desenvolver com os meninos, foi a arte teatral, quando Anchieta escreveu peças que foram várias vezes encenadas, com apresentações muito concorridas no pátio do colégio.

Aliás, se há algo que não se pode deixar de mencionar é a importância do pátio do colégio. Ele era o berço da cidade; ali se davam as festas religiosas que os índios e os moradores apreciavam muito. Era ali também que Antonio Rodrigues ensaiava os curumins para as festas e procissões, com suas aulas de flauta. Era do pátio do colégio que saíam as procissões; era ali que se batizava e casava; ali se ensinava e dali partia a extrema-unção. (Pereira, 1936, p. 97)

O pátio não era um espaço aleatório no mundo jesuítico, era obra intencional na arquitetura. Em artigo sobre a igreja jesuíta de Santos, construída no final do XVI, Barbosa assevera:

*Após quinze anos, a igreja e o mosteiro já estavam de portas abertas, construídas sob a orientação do irmão Francisco Dias, o primeiro arquiteto jesuíta no Brasil. ... a tarefa imediata de Francisco Dias foi a de projetar novos colégios para a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, mas a necessidade de se repensar o modelo construtivo jesuítico o tornou revisor de todas as obras da Companhia no Brasil ... Para a arquitetura jesuítica de Santos, Francisco Dias deve ter optado pela tradicional disposição dos corpos do edifício em torno de um pátio central com a igreja ocupando um dos lados, como fez no colégio da Bahia. (Barbosa, 1997, p. 212)*

Segundo Serafim Leite (1938), Francisco Dias, que já havia construído colégios em Portugal, é propositadamente enviado à Colônia para interferir na arquitetura. A ele se devem os planos do colégio da Bahia e a maioria dos prédios do “último quartel do século XVI”.

Sobre a arquitetura jesuítica, já havia mencionado Lúcio Costa:

*... apesar das mudanças de forma, das mudanças de material e das mudanças de técnica, a personalidade inconfundível dos padres, o espírito jesuítico, vem sempre à tona - é a marca, o cachet que identifica todas elas e as diferencia, à primeira vista das demais. (Costa, in Barbosa, 1997, p. 221)*

Rodrigues já alertara de que até mesmo a prática de utilizar o pátio como espaço educativo fora trazida pelos padres da Universidade de Paris, em momento de forte influência renascentista. No entanto, pelo dizer de Costa, percebe-se que foi prática das ordens religiosas em geral, esse tipo de arquitetura; resta saber se as demais deram-lhe este caráter educativo e catequético como os jesuítas.

Na Colônia, o espaço do pátio foi largamente utilizado. As grandes diversões eram as festas da Igreja, e era através delas também que os padres controlavam o lazer da Colônia e cativavam as almas.

O comparecimento das pessoas nesses eventos era cobrado. Os faltosos, punidos com multas severas por sua ausência em procissões, como a de santa Isabel, por exemplo, que era uma das mais importantes.

Em fins de 1553, já podemos ter um esboço do plano educacional de Nóbrega, ou seja, uma extensa cadeia de colégios nas povoações litorâneas, coordenada pelo colégio da Bahia ao norte e pelo de São Vicente ao sul. A intenção de Nóbrega era estender os colégios até o Paraguai. (Mattos, 1958, p. 83)

A política educacional de Nóbrega concentrava-se na fundação de recolhimentos, tal como na Bahia e São Vicente, para se educarem os mamelucos, os órfãos e os filhos dos principais da terra, pois aceitavam-se apenas os filhos dos principais caciques entre os curumins, na impossibilidade de aceitar a todos. A povoação que pudesse contar com tais recolhimentos estaria a salvo de ataques indígenas. Daí o empenho da coroa e das povoações litorâneas em favorecer os recolhimentos.

Para Nóbrega, era a política educacional mais apropriada para o momento na Colônia. Além do que, os colégios também recebiam como externos os filhos dos colonos brancos e suas portas estavam sempre abertas para todos que quisessem ali aprender. Ali, brancos, curumins e mamelucos sentavam-se nos mesmos bancos, freqüentavam as mesmas aulas.

O plano de estudos de Nóbrega se desenvolvia da seguinte forma: num primeiro momento, se aprendia a língua portuguesa no convívio diário; após o domínio desta, iniciavam-se os estudos das primeiras letras e do catecismo. O canto orfeônico e instrumentos musicais eram ensinados àqueles que se mostrassem aptos; eram muito valorizados pois consistiam em forte recurso para a catequese nas aldeias. Ao findar a etapa do ensino elementar, os meninos eram encaminhados para o ensino profissional; este consistia na aprendizagem de ofícios mecânicos. Aqueles considerados mais inteligentes e com inclinação para os estudos eram encaminhados para a aula de gramática latina e, nesta, aqueles que mais se distinguissem poderiam ser enviados aos grandes colégios de Coimbra ou da Espanha.

Outra intenção de Nóbrega era recrutar, entre os de maiores habilidades, as vocações sacerdotais indígenas para a continuidade de seu apostolado. Aliás, ele ainda não desistira e não desistiria, até o fim, de seus planos. Mesmo diante de tantos embates, inclusive, com a proibição de negros, índios e mamelucos ingressarem na Companhia.

Apesar do plano parecer ambicioso para a Colônia, não podemos duvidar de sua viabilidade, uma vez que no Colégio de São Vicente, ao menos, já se dera sua realização integral.

### O ensino jesuítico colonial: a gestação da política dos colégios

As divergências internas no interior da Companhia vão influenciar a política dos recolhimentos desenvolvida por Nóbrega no Brasil. A política educacional de fundar confrarias de escolares, com autonomia financeira e administrativa sobre bens temporais, não se ajustava à nova orientação da Companhia que se iniciava na metrópole.

Ora, a Companhia de Jesus, como toda instituição com interesse em garantir seu espaço na sociedade, tinha, como meta, enriquecer o seu patrimônio temporal com bens próprios, o que não coincidia com a manutenção de instituições autônomas, que poderiam escapar de seu controle. Segundo Mattos:

*... o desprendimento apostólico inicial cedia lugar ao egoísmo inerente a todas as instituições humanas com um amplo programa de ação militante a realizar no meio social. A Companhia precisava de recursos materiais e financeiros para levar avante seu vasto programa de revitalização da fé católica nos países do Ocidente. (Mattos, 1958, p. 105)*

Nos últimos dias de 1553, o padre Luiz da Grã recebia, da Bahia, a confirmação da nova orientação; a Companhia de Jesus não mais deveria aceitar o encargo de instituições de órfãos, o que atingia diretamente o orfanato de Lisboa, mas que também se estendia aos recolhimentos no Brasil. Trata-se de momento em que as Constituições da Companhia, apesar de ainda desconhecidas na Colônia, já começavam a vigorar na Europa, onde os colégios, por elas, passavam a se pautar.

A partir dessa data, a situação dos recolhimentos torna-se delicada, exigindo precaução; estavam desautorizados e sem o apoio das autoridades jesuíticas da metrópole.

Percebe-se que, em inícios de 1554, Nóbrega se encontra quase que desamparado em sua luta pela manutenção dos recolhimentos. Perdera, em Portugal, Simão Rodrigues, e, no Brasil, o seu principal apoio interno, o governador Tomé de Sousa, que é substituído, em julho de 1553, por dom Duarte da Costa. Dom Pedro Sardinha, primeiro bispo enviado ao Brasil, opunha-se explicitamente aos recolhimentos. Restava-lhe ainda dom João III, com o qual se correspondia assiduamente. Este, no entanto, vem a falecer em junho de 1557.

Apega-se Nóbrega ao fato de que a decisão de santo Inácio, para que a Companhia não mais se incumbisse dos órfãos, não dizia respeito aos recolhimentos brasileiros, pois estes não eram orfanatos, mas apenas comportavam alguns órfãos de Lisboa. Sua política educacional era dirigida aos meninos da terra, e fora para estes meninos que se havia pedido as terras. Seria, portanto, de

boa política que a estes se destinassem, para que não se dissesse que os padres haviam adquirido para si o que pertencia aos meninos dos gentios. Havia ainda o compromisso da Companhia, assumido com as confrarias dos Meninos da Bahia, Espírito Santo e São Vicente, que tinham constituição jurídica e eram administradas por mordomos e provedores seculares, assim como havia o compromisso com seus doadores.

Em 1556, as novas Constituições da Companhia de Jesus passaram a vigorar no Brasil. Segundo as Constituições:

*Quanto aos colégios, já na quarta parte se disse o que neste ponto poderia tolerar. Quanto às casas, porém, convém que não se aceitem absolutamente tais encargos.* (Constituições, 5º parte, cap. III, 590)

Serafim Leite define e distingue casa e colégio:

*Colégio da Companhia, isto é, entidade jurídica e moral, capaz de possuir bens. Casa de meninos, isto é, uma espécie de orfanato, com administração própria à semelhança do que estabeleceu Pero Domenech em Lisboa. Neste caso, os padres seriam simples gerentes de bens alheios, com os concomitantes atritos e desgostos.* (Leite, 1938, p. 297)

Nas Constituições, também se esclarece a política adotada pelos colégios em relação aos bens da Companhia:

*A Companhia receberá a propriedade dos colégios com os bens temporais que lhes pertencem e nomeará para eles um reitor que tenha o talento mais apropriado ao ofício. Esse assumirá a responsabilidade da conservação e administração dos bens temporais, olhará pelas necessidades tanto do edifício como dos escolásticos ...* (Constituições, parte IV, cap.II, p. 326)

Fecha-se assim o recolhimento da Bahia, com seus bens, casas, escravos, gado e a sesmaria da “Água dos Meninos”, sendo incorporados pela Companhia a seu patrimônio.

Será em vão que, até o último momento de sua vida, Nóbrega tentará reconstituir os recolhimentos. Estes já estavam por demais comprometidos com a imposição e implementação da nova política metropolitana e Nóbrega, por outro lado, como bom jesuíta, mesmo não consentindo, não desprezaria ordens superiores.

Mas qual era essa nova política da Companhia de Jesus?

Ao revisar sua política educacional, constatou a Companhia que deveria concentrar suas forças em pontos mais estratégicos da sociedade; isso se operaria por meio de grandes centros de apostolado e do cuidar da educação das elites. O período heróico se esgotara definitivamente. O Alvará de 1564 encerra este período, seria sobre a redízima dos três maiores colégios, o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Olinda, que iria assentar-se toda a futura organização dos colégios dos jesuítas na Colônia, até a expulsão da Companhia em 1759.

Os superiores da Companhia em Portugal vinham, desde 1557, estudando o novo plano, que não se coadunava com o de Nóbrega. Eles tinham altas expectativas em relação à Colônia ao reivindicarem a fórmula do “padrão da redízima” sobre todas as suas utilidades taxáveis. Assim, dez por cento de toda a arrecadação dos dízimos reais em todas as capitanias da Colônia e seus povoados ficariam, *in perpetuum*, vinculados à manutenção e sustento dos colégios dos jesuítas.

O novo período que se estende seria de maior segurança e estabilização, além do conforto. A rotina e os estudos passam a se espelhar pelo modelo europeu; afinal, a Companhia conseguira atingir o seu objetivo, ou seja, a uma padronização das instituições e dos estudos que nelas se procediam. Era preciso a uniformização para que se pudesse controlar o funcionamento hierárquico da ordem.

Isso não se deu, como pode parecer, de uma vez. Já vinha sendo, há tempos, cautelosamente construído em seus vários aspectos: a questão da arquitetura, quando para cá se envia o irmão

arquiteto Francisco Dias, para um controle arquitetônico; a preocupação dos visitantes em levantar os bens; o início de intervenção na admissão dos da terra ao apostolado; a percepção de que já emerge uma clientela para os colégios; e a preocupação com internatos no interior para atender aos filhos dos senhores de engenho. Esse movimento já se dava em outras províncias da Companhia e marcava a política da ordem em Portugal.

Para Mattos (1958), havia três diferenças fundamentais entre o plano de Nóbrega e a nova política da redizima. Primeiro, a Companhia passa a centralizar em suas mãos e a integrar ao seu patrimônio os bens antes destinados às confrarias dos Meninos de Jesus, além de poder usufruir do pagamento da redizima. Segundo, os três colégios maiores, Olinda, Salvador e Rio de Janeiro, passam a acolher, em primeiro plano, os filhos de brancos abastados, secundarizando a participação dos mamelucos. Pode-se verificar, no período, que, nesses três grandes colégios, as humanidades eram reservadas aos filhos dos “principais da terra”. Excluíam-se os órfãos e os curumins se limitavam às escolas de ler e escrever das aldeias.

E, finalmente, houve o abandono do ensino profissional, tão prezado no plano de Nóbrega. No entanto, a esse respeito, há que se considerar que, do ponto de vista dos ofícios, no Brasil colonial escravista, um mestre-de-obras, um marceneiro ou um ferreiro, por exemplo, não empregavam trabalhadores assalariados livres: preferiam comprar negros e instruí-los. O número das atividades produtivas era reduzido e a agricultura era tida como trabalho de negros. Essas constatações quanto à sociedade colonial mostram, em certa medida, o quão equivocada se apresentava a visão de Nóbrega.

#### Considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre a maioria dos autores que se dedicaram ao estudo dos primeiros jesuítas em nossas terras, em especial no referente à atuação educacional destes “soldados de Cristo”, encontramos narrações apoloéticas de feitos heróicos. Afinal, quando nos deparamos com um Nóbrega, um Anchieta e tantos outros, fica difícil um julgamento mais isento. Nóbrega tinha um plano pensado a partir das adversidades enfrentadas pela população colonial nos primeiros tempos e o arquitetou, em seu benefício, para além dos interesses meramente mercantilistas da metrópole ou estritamente contra-reformistas da Companhia.

Segundo Serafim Leite, a partir de 1556, o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia é substituído por aquele que leva o nome simples de Colégio de Jesus, e sua história o levará à nobre categoria de Colégio Máximo da Bahia. (Serafim Leite, 1938, p. 46)

Não podemos nos esquecer, no entanto, que, para o jesuíta, a obediência aos superiores deveria ser como se fosse a Cristo. A obediência é, para eles, a virtude essencial na vida religiosa, e é a virtude característica da Companhia. As Constituições da Companhia prescreviam aos que a ela fossem admitidos ou incorporados:

*... apliquemos todas as forças na virtude da obediência ao Sumo Pontífice em primeiro lugar, depois aos superiores da Companhia, de forma que em todos os domínios onde com caridade pode estender-se a obediência, estejamos disponíveis à sua voz, como se ela viesse de Cristo Nosso Senhor.*

*De fato, é em seu nome que obedecemos, por seu amor e por sua reverência. Devemos deixar por acabar até a letra começada, ou qualquer outra coisa, e aplicar, no Senhor de todos, toda a intenção e todas as forças para que a santa obediência seja em nós sempre e em tudo perfeita, tanto na execução, como na vontade e no entendimento. Façamos com grande prontidão, alegria espiritual e perseverança, tudo quanto nos for mandado. Persuadamo-nos de que tudo isso é justo, abnegando com obediência cega qualquer opinião e juízo pessoal contrário, em tudo o que é mandado pelo superior, e não pode, como se disse, ser argüido de pecado de espécie alguma.*

*Persuada-se cada um que os que vivem em obediência devem deixar-se guiar e dirigir pela divina Providência, por meio do superior como se fossem um cadáver que se deixa levar, seja para onde for, e tratar à vontade;*

*ou como o bordão de um velho que serve a quem o tem à mão, em qualquer parte, e para qualquer coisa em que o quiser usar. Assim o obediente deve fazer com alegria tudo aquilo em que o superior, o que quiser ocupar para ajudar todo o corpo da Ordem. E pode estar certo de que isso se conforma com a vontade divina, mais do que em qualquer outra coisa que poderia fazer, se seguisse a sua própria vontade e juízo diferente.* (Constituições, 6ª parte, cap. I, p. 547)

Por outro lado, quanto à atuação dos primeiros jesuítas brasileiros, é preciso que entendamos que as suas práticas concretas individuais, mesmo sendo intencionais, quando se integram e conjugam numa *práxis* comum, fundindo-se à *práxis* de outros indivíduos, produzem uma outra, coletiva, que é inintencional, ou seja, que nenhum deles planejou. Lembrando Vázquez, podemos assim entender a questão:

*Sua práxis tem, portanto, uma dupla face: é intencional na medida em que o indivíduo persegue com ela determinado objetivo; e inintencional na medida em que sua atividade como ser consciente adota uma forma social e se integra numa práxis coletiva - a produção como atividade social - que leva a resultados globais - produção e conservação de determinadas relações sociais - que escapam à sua consciência e a sua vontade.* (Vázquez, 1968, p. 333)

Isso explica porque, apesar dos heróicos Nóbrega e Anchieta, e sua *práxis* nas terras do além-mar, a ação da Companhia de Jesus assumiu a face elitista que a história de nossa educação registraria nos seus anais.

#### Referências Bibliográficas

- Araújo, E. *O teatro dos vícios*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- Barbosa, G. C. "A Igreja e o Colégio de São Miguel da Vila de Santos (1585-1759): Análise arquitetônica". *Leopoldianum*, v. XXIII, nº 64. pp. 203-222.
- Constituições da Companhia de Jesus – E Normas Complementares - Anotadas pela Congregação Geral XXXIV*. São Paulo: Loyola, 1997.
- Gândavo, P. M. *Tratado da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1965.
- Mattos, L. A. *Primórdios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.
- Menezes, M. C. *Raízes do Ensino Brasileiro: A Herança Clássico-Medieval*. Campinas: FE/UNICAMP, 1999. (tese de doutorado)
- Pereira, B. "A Cidade de Anchieta". *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Dep. de Cultura e Recreação, maio/1936, nº 23.
- Ribeiro, M. L. *História da educação brasileira: A organização escolar*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- Rodrigues, S. J. F. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. t. I, vol. II. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931.
- Serafim Leite, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa e Rio de Janeiro: Liv. Portugália e Civilização Brasileira, t. I, 1968.
- Sodré, N. W. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- Vázquez, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 1968.